

# PLANO DE PREVENÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

## ANEXO

### AÇÕES E METAS – 2021

#### I. Eixo Educação

<b>Ação 1:</b> Capacitação em Regime Disciplinar
<b>Objetivo:</b> Conscientizar os servidores públicos do Poder Executivo Estadual acerca do Regime Disciplinar a que estão sujeitos a fim de mitigar o cometimento de ilícitos disciplinares e aperfeiçoar a prestação de serviços públicos.
<b>Responsável:</b> SASC
<b>Público-Alvo:</b> Servidores Públicos do Poder Executivo Estadual
<b>Meta:</b> 2 por ano, em temas específicos.

  

<b>Ação 2:</b> Reuniões Técnicas
<b>Objetivo:</b> Orientar os servidores públicos do Poder Executivo Estadual sobre normas, procedimentos e atos processuais disciplinares, a fim de aperfeiçoar a atuação das comissões, reduzir o tempo médio de apuração e os riscos de prescrição.
<b>Responsável:</b> SASC, SRAP e NT
<b>Público-Alvo:</b> Servidores Públicos do Poder Executivo Estadual que atuam em procedimentos administrativos disciplinares.
<b>Meta:</b> 5 por ano

  

<b>Ação 3:</b> Capacitação em Responsabilização de Pessoa Jurídica
<b>Objetivo:</b> Propiciar conhecimento aos agentes públicos estaduais acerca das normas referentes à responsabilização das pessoas jurídicas, principalmente relacionadas ao ato lesivo e sua tipificação para melhor detecção e devido tratamento das ocorrências no âmbito dos processos de contratação pública.
<b>Responsável:</b> SRPJ
<b>Público-Alvo:</b> Servidores Públicos do Poder Executivo Estadual que atuam em processos de contratação pública, especialmente gestores e fiscais de contrato, pregoeiros, responsáveis pela elaboração de editais e termos de referência, além de membros de comissões de processos administrativos punitivos.
<b>Meta:</b> 1 por ano

<b>Ação 4:</b> Capacitação sobre Processo Eletrônico (PAD-e).
<b>Objetivo:</b> Capacitar os servidores públicos do Poder Executivo Estadual que exercem atividade correcional para a utilização do SEI na condução de processos disciplinares.
<b>Responsável:</b> SRAP
<b>Público-Alvo:</b> Servidores Públicos do Poder Executivo Estadual que exercem atividade correcional.
<b>Meta:</b> 2 por ano.

<b>Ação 5:</b> Inserção de conceito (s) de ilícito funcional em mídias digitais da CGE
<b>Objetivo:</b> Fomentar a cultura da licitude por meio de esclarecimentos quanto aos ilícitos disciplinares, com vistas ao aperfeiçoamento da conduta do servidor público do Poder Executivo Estadual.
<b>Responsável:</b> SASC e ASCOM
<b>Público-Alvo:</b> Servidores públicos do Poder Executivo Estadual
<b>Meta:</b> Inserção de 5 conceitos por ano (Informe COGE).

<b>Ação 6:</b> II Webseminário Mineiro de Direito Administrativo Sancionador
<b>Objetivo:</b> Fomentar a discussão acerca da otimização da atividade disciplinar, aprimorando a excelência, o serviço e a gestão pública em Minas Gerais.
<b>Responsável:</b> SASC, SRAP, SRPJ, NT
<b>Público-Alvo:</b> Servidores Públicos do Poder Executivo Estadual, comunidade acadêmica e demais interessados.
<b>Meta:</b> 1 por ano

## II. Eixo Controle

<b>Ação 7:</b> “Café com NUCAD”
<b>Objetivo:</b> Promover troca de experiências com os coordenadores dos Núcleos de Correição Administrativas e chefes das Controladorias Seccionais concernentes à atividade correcional.
<b>Responsável:</b> SASC, SRAP, SRPJ, NT.
<b>Público-Alvo:</b> Coordenadores de NUCAD’s e Controladorias Seccionais
<b>Meta:</b> 2 encontros por ano

<b>Ação 8:</b> Reconhecimento de práticas inovadoras em prevenção correcional.
<b>Objetivo:</b> Estimular e disseminar boas práticas preventivas correcionais realizadas pelas Controladorias Setoriais e Seccionais dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual
<b>Responsável:</b> COGE
<b>Público-Alvo:</b> Controladorias Setoriais e Seccionais
<b>Meta:</b> Incorporação da categoria “Boas práticas correcionais” no Prêmio Anual Destaques do Controle, edição 2021, promovido pela CGE.

<b>Ação 9:</b> COGE Orienta
<b>Objetivo:</b> Promover a cultura da licitude por meio de um processo contínuo de conscientização dos servidores públicos estaduais.
<b>Responsável:</b> SRAP e COGE.
<b>Público-Alvo:</b> Servidores públicos do Poder Executivo Estadual
<b>Meta:</b> 2 vídeos e 5 Podcast COGE, por ano.

### III. Eixo Normatização

<b>Ação 10:</b> Atualização do Manual de Apuração de Ilícitos Administrativos
<b>Objetivo:</b> Orientar os servidores públicos sobre o regime disciplinar, especialmente as regras procedimentais.
<b>Responsável:</b> SASC, SRAP, SRPJ, NT
<b>Público-Alvo:</b> Servidores públicos do Poder Executivo Estadual
<b>Meta:</b> Atualização anual

<b>Ação 11:</b> Edição de Súmulas Administrativas
<b>Objetivo:</b> Uniformizar a interpretação de normas relacionadas à matéria correcional acerca das quais haja controvérsia, trazendo segurança jurídica a todas as partes envolvidas.
<b>Responsável:</b> NT
<b>Público-Alvo:</b> Servidores Públicos do Poder Executivo Estadual, especialmente os que exercem atividade correcional e advogados que atuam com a matéria.
<b>Meta:</b> 3 por ano

<b>Ação 12:</b> Aprimoramento do instituto do Ajustamento Disciplinar no âmbito da Administração Pública do Poder Executivo Estadual.
<b>Objetivo:</b> Potencializar a utilização do instrumento de Ajustamento Disciplinar pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, com vistas ao fomento da consensualidade administrativa.
<b>Responsável:</b> SASC
<b>Meta:</b> Elaborar minuta com proposta de alteração do Decreto estadual nº 46.906/ 2015, que institui o Ajustamento Disciplinar no âmbito da Administração Pública do Poder Executivo Estadual.

<b>Ação 13:</b> Revisão do Decreto estadual nº 46.782/2015, que dispõe sobre o Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
<b>Objetivo:</b> Otimizar o processo administrativo de responsabilização – PAR - de pessoas jurídicas de que trata a Lei nº 12.846, de 2013, com enfoque na mudança de paradigmas relacionados à competência de instauração do PAR e à apuração e aplicação de sanções conjuntamente, nos mesmos autos, com base no rito do PAR, dos atos tipificados simultaneamente como infrações administrativas à Lei nº 8.666, de 1993, ou a outras normas de licitações e contratos da administração pública, e como atos lesivos previstos na Lei nº 12.846, de 2013.
<b>Responsável:</b> SRPJ

**Meta:** Elaborar minuta com proposta de alteração do Decreto estadual nº 46.782/ 2015, que dispõe sobre o Processo Administrativo de Responsabilização, previsto na Lei Federal nº 12.846/2013, no âmbito da Administração Pública do Poder Executivo Estadual.

**Ação 14:** Revisão do Decreto nº 46.881/2015 que trata da Sindicância Administrativa Patrimonial.

**Objetivo:** Apresentar medidas para aperfeiçoamento e integração de ações correccionais com vistas a potencializar resultados.

**Responsável:** NT

**Meta:** Elaborar minuta com proposta de alteração do Decreto estadual nº 46.881/2015, que institui a sindicância patrimonial no âmbito da Administração Pública do Poder Executivo Estadual.

**Ação 15:** Regular a atuação dos Núcleos de Correição Administrativa - NUCAD

**Objetivo:** Uniformizar e otimizar as ações correccionais no âmbito do Poder Executivo Estadual, a partir da vigência da Lei nº 23.304/2019

**Responsável:** NT

**Meta:** Elaborar minuta com proposta de resolução para regulamentar a atuação dos NUCAD's no âmbito do Poder Executivo Estadual.

#### IV. Eixo Atuação em Rede

<b>Ação 16:</b> Participação efetiva no Programa de Fortalecimento de Corregedorias – PROCOR.
<b>Objetivo:</b> Facilitar o intercâmbio de informações e experiências entre diversas corregedorias do país e capacitar servidores públicos do Poder Executivo Estadual em temas afetos à correição.
<b>Responsável:</b> Corregedoria-Geral – COGE.
<b>Meta:</b> Participar das reuniões ordinárias e extraordinárias e demais ações promovidas pela Rede de Corregedorias, durante o exercício de 2021.

<b>Ação 17:</b> Atuar na formulação das diretrizes e estratégias de ação do Conselho de Corregedores dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual – CONREG.
<b>Objetivo:</b> Promover a integração das unidades de correição administrativa dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual.
<b>Responsável:</b> Corregedoria-Geral – COGE.
<b>Meta:</b> Participar da elaboração e execução do plano anual de trabalho das ações voltadas para a política de aperfeiçoamento do sistema correcional no âmbito da Administração Pública Estadual, durante o exercício de 2021.